

### COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

#### Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Ambulatório Médico de Especialidades "Olavo Silva Souza" - Ame Itu - Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim".

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - AME ITU									
Balço Patrimonial do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (em Reais)									
Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido		Demonstrações Financeiras		Demonstração do Resultado do Período Findo em 31 de Dezembro de 2020 (em Reais)		Notas	
	2020		2020		2020		2020		2020
<b>Ativo Circulante</b>									
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.156.313,87	Fornecedores	414.236,36	Receitas Líquidas	16.950.013,06	Adiantamento de Férias	17.945.012,45	Realização de Bens Públicos em nosso poder	9.451.012,45
Adiantamentos a Empregados	5.385,00	Obrigações Sociais e Fiscais	10.969.960,73	(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado	(10.324,80)	Estoque	(8.997.728,50)	Outros Créditos	(8.997.728,50)
Impostos Recuperáveis	7.753,67	Contas a Pagar	2.396,00	Outras Receitas Operacionais	19.337.212,54	Provisões para Contingências	14.903,09	Pessoal e Reflexos	20.480.215,89
Outros Créditos	6.119,00	Provisões para Férias e Encargos	12.263,00	Provisões para Contingências	14.903,09	Provisões para Contingências	14.903,09	Medicamentos e Materiais de Consumo	21.417.000,00
Estoque	7.821,65	Provisões para Férias e Encargos	12.263,00	Provisões para Contingências	14.903,09	Provisões para Contingências	14.903,09	Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	28.683.867,97
Despesas Antecipadas	5.948,03	Provisões para Férias e Encargos	12.263,00	Provisões para Contingências	14.903,09	Provisões para Contingências	14.903,09	(-) Isenção da CPP Usinária	28.683.867,97
	1.651.571,16	Provisões para Férias e Encargos	12.263,00	Provisões para Contingências	14.903,09	Provisões para Contingências	14.903,09	(=) Resultado Bruto	(98.282,14)
<b>Ativo Não Circulante</b>									
Imobilizado	8.110.331,52	Bens Públicos em nosso poder	14.114.291,52	Despesas	(246.513,73)	Impostos, Taxas e Contribuições	(246.513,73)	Despesas Gerais	(246.513,73)
Intangível	9.390.000,00	Supervit do Exercício	1.755.688,88	Despesas Operacionais	(22.656.673,00)	Despesas Operacionais	(22.656.673,00)	Outros Resultados Operacionais	(41.116,24)
	114.291,42	Supervit do Exercício	1.755.688,88	Despesas Operacionais	(22.656.673,00)	Despesas Operacionais	(22.656.673,00)	Recursos com Doações	16,64
	1.765.862,68	Supervit do Exercício	1.755.688,88	Despesas Operacionais	(22.656.673,00)	Despesas Operacionais	(22.656.673,00)	Recursos com Doações	16,64
<b>Total do Ativo</b>									
	114.291,42		1.755.688,88		1.755.688,88		1.755.688,88		1.755.688,88
<b>Demonstração do Resultado do Período Findo em 31 de Dezembro de 2020 (em Reais)</b>									
<b>Saldo em 01 de Fevereiro de 2020</b>									
Dotação Inicial - 135.703,56									
Supervit do Exercício - 698.471,84									
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2020 (135.703,56) 698.471,84 834.175,40</b>									
<b>Ativos e Passivos Demonstrados Contábeis em 31 de Dezembro de 2020 (em Reais)</b>									
<b>1. Contorno Operacional - Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1951, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 2º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, sob o nº 17.916, inscrita no Cadastro Nacional de Filantropias, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.005.0003/96-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal nº 1.416/91, publicada no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/99, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 1.170/00, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83. O CEJAM qualificado como Organização Social de Saúde pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Contrato de Gestão - Processo nº 24/16901/2019, firmado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em 01 de fevereiro de 2020, assumiu a operação, administração, gestão e execução das atividades de saúde do Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - AME Itu com a missão de acolher a população do região, prestar assistência humanizada e eficiente em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde. O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão será de 05 (cinco) anos, a contar do momento de sua assinatura. Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo repassará ao CEJAM o montante global estimado de R\$ 50.621.734,00. Para o exercício de 2020, o montante repassado foi de R\$ 4.511.012,45. Para o exercício de 2021, através do Termo de Aditamento nº 01/2021, ajustado em 30 de dezembro de 2020, o montante repassado será de R\$ 9.252.404,51. 2. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em conformidade com a Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou o ITC-2020 (R1). b) Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base em registros contábeis e em registros contábeis mensurados em moeda funcional, com exceção dos itens mensurados em moeda funcional pelo valor justo por meio do resultado. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a apresentação das demonstrações contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados não podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressupostos são revisados de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. 3. Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis. 3.a) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos: a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente no data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das operações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe derão origem. Instrumentos financeiros derivativos: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2020. 3.b) Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui custos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trade-offs às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal de negócios, deduzido dos custos e despesas. Excepcionalmente para o exercício de 2020, em 01 de dezembro de 2020, foram considerados ajustes ao inventário físico o saldo de estoque transferido do antigo gestor para o CEJAM. 3.c) Imobilizado (quando aplicável): Reconhecimento e mensuração: bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui custos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos passivos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidas para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nos mantidos por tratar-se de bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela entidade, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. Depreciação: a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão, a contabilização em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro contábil, que compreende histórico de exercício anterior à sua constituição, não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas de depreciação em 2019. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: Máquinas e equipamentos: 10 anos; Equipamentos de uso médico: 10 anos; Equipamentos de informática: 5 anos; Móveis e utensílios: 10 anos. 3.d) Intangível (quando aplicável): A entidade reconhece, mensuração e amortização: o intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (softwares), que são amortizados usando o método linear à base de custo. 3.e) Redução ao valor recuperável (Impairment): Ativos financeiros (incluindo recebíveis): um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva </b>									

➤ **continuação** conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. 25. **Certificação Beneficiária de Assistência Social (CEBAS):** O CEJAM, através da Portaria nº 1.109, de 08 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 09 de setembro de 2016, em consideração à Nota Técnica nº 107/2016-CGGER/DCEBAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.115009/2015-25/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS), com validade até 29 de novembro de 2015, que atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado. Em 26 de novembro de 2015 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.196436/2015-19, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente. Em 30 de outubro de 2018 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.191938/2018-98, o qual se encontra aguardando decisão final do processo anterior. Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.196436/2015-19. Conforme Decreto nº 8.242/2014, que

regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte: "Art. 4º - Os requerimentos de concessão da certificação e de sua renovação deverão ser protocolados junto aos Ministérios da Saúde, da Educação ou do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme a área de atuação preponderante da entidade, acompanhados dos documentos necessários à sua instrução, nos termos deste Decreto." "Art. 8º - O protocolo do requerimento de renovação da certificação será considerado prova da certificação até o julgamento do seu processo pelo Ministério certificador." A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuarão todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída no exercício de 2020. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM. 26. **Isenções Previdenciárias (Quota Patronal):** A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2020 foi de R\$ 683.867,97 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias Usufruídas	2020
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	683.867,97
(-) Isenção Usufruída	
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(683.867,97)

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguardada decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.196436/2015-19. 27. **Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal):** imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Iru (SP), 31 de dezembro de 2020.

**Kariny Quinelatto Sacramento - Diretora Técnica**  
**Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis**  
**Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - AME Itu, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para a opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros Assuntos: Auditoria do período anterior: O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim - Hospital Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - AME Itu, iniciou a operacionalização do convênio em fevereiro de 2020. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2021. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 25P - 024298/O-3, Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS "S" - SP- 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.**

Consultas Médicas	1º Sem/2020		2º Sem/2020		Total 2020		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Primeiras Consultas Rede	9210	4167	11052	8322	20262	12489	-38,36
Interconsultas	1500	2968	1800	1992	3300	4960	50,30
Consultas Subsequentes	10715	12001	12858	13567	23573	25568	8,46
<b>Total</b>	<b>21425</b>	<b>19136</b>	<b>25710</b>	<b>23881</b>	<b>47135</b>	<b>43017</b>	<b>-8,74</b>
Consultas Médicas (Com Telemedicina)	1º Sem/2020		2º Sem/2020		Total 2020		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Primeiras Consultas Rede	9210	4167	11052	8322	20262	12489	-38,36
Interconsultas	1500	2968	1800	1992	3300	4960	50,30
Consultas Subsequentes	10715	12001	12858	13567	23573	25568	8,46
<b>Total</b>	<b>21425</b>	<b>19136</b>	<b>25710</b>	<b>23881</b>	<b>47135</b>	<b>43017</b>	<b>-8,74</b>
Consultas não Médicas / Procedimentos Terapêuticos não Médicos	1º Sem/2020		2º Sem/2020		Total 2020		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Consultas Não Médicas	4500	4954	5400	5132	9900	10086	1,88
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	3750	2701	4500	4154	8250	6855	-16,91
<b>Total</b>	<b>8250</b>	<b>7655</b>	<b>9900</b>	<b>9286</b>	<b>18150</b>	<b>16941</b>	<b>-6,66</b>
Consultas não Médicas / Procedimentos Terapêuticos não Médicos (Com Telemedicina)	1º Sem/2020		2º Sem/2020		Total 2020		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Consultas Não Médicas	4500	4954	5400	5132	9900	10086	1,88
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	3750	2701	4500	4154	8250	6855	-16,91
<b>Total</b>	<b>8250</b>	<b>7655</b>	<b>9900</b>	<b>9286</b>	<b>18150</b>	<b>16941</b>	<b>-6,66</b>
SADT Externo	1º Sem/2020		2º Sem/2020		Total 2020		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatológica	0	12	0	0	0	12	0,00
Diagnóstico por Radiologia	1050	1243	1260	1288	2310	2531	9,57
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	3100	3147	3720	4093	6820	7240	6,16
Métodos Diagnósticos em Especialidades	1850	1367	2220	1522	4070	2889	-29,02
<b>Total</b>	<b>6000</b>	<b>5769</b>	<b>7200</b>	<b>6903</b>	<b>13200</b>	<b>12672</b>	<b>-4,00</b>